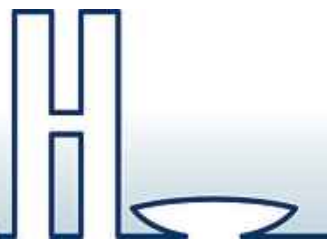




BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Ed Alves/CB/D.A Press - 25/8/21

CURTIDAS



Discretíssimo/ O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (foto), não falou muito na reunião dos governadores com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. “Como sou coordenador, prefiro ouvir”.

Depois eu ligo, talvez?/ Os governadores saíram de Brasília sem uma resposta do Planalto a respeito de uma possível reunião conjunta entre eles e o presidente. Bolsonaro, aliás, vai ingressar no STF para que os governos estaduais cobrem o ICMS da gasolina sobre o valor inicial do combustível, quando sai da refinaria, e não sobre o valor da bomba.

Por falar em Bolsonaro.../ O presidente vai começar a repetir pelo país fora que deu o “golpe” na indústria do carro-pipa, por causa da perfuração de poços artesanais, e também em balseiros, no Acre, onde a travessia de balsa perdeu público depois da inauguração de ponte.

... o modo paz e amor está ligado/ A semana se encerra com um tom mais light nos discursos presidenciais. E, há quem diga que, se o presidente quiser ajuda dos demais Poderes, terá que se manter nessa toada.

Lula faz cálculos políticos com o IR

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o PT a votar a favor da reforma do Imposto de Renda de olho no que espera ser uma “cesta de três pontos” lá na frente. O partido consegue taxar dividendos, uma pauta antiga da turma do “chão de fábrica”, e coloca o mercado e parte do setor produtivo de mau humor em relação ao governo. E o terceiro ponto, que depende ainda do eleitor que votar em 2022, é permitir que o governo eleito usufrua dos recursos, sem o desgaste de precisar aprovar a legislação. É que a arrecadação decorrente desse projeto só deve engrossar o caixa da União em 2023.



Longo prazo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), avisou aos governadores que o Código Eleitoral dificilmente terá condições de ser analisado pelos senadores dentro de um tempo hábil, a fim de valer para as eleições de 2022. Porém, há o compromisso de analisar a proposta ainda este ano.

Restará a tese

Há uma simpatia de parte do Senado pela quarentena para juízes, procuradores e policiais. E os senadores estão convencidos de que, se deixar para o futuro, não ficará parecendo que foi um artigo feito sob encomenda para barrar uma candidatura do ex-ministro e ex-juiz Sérgio Moro. Alguns parlamentares recorrem, inclusive, à famosa frase das regras não escritas das negociações políticas, sempre repetida pelo ex-vice-presidente, ex-senador e ex-ministro Marco Maciel, já falecido: “Não vamos fulanizar”.



O Brasil está em paz. Ninguém precisa temer o Sete de Setembro”

Do presidente Jair Bolsonaro, modulando o discurso, a fim de reduzir a tensão para o Dia da Independência

A ira de Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, está preocupadíssimo com o Senado. Acha que houve um cochilo dos líderes na votação de quarta-feira, em que os senadores derrubaram a MP da minireforma trabalhista para contratação de jovens sem carteira assinada. O receio, agora, é de que os senadores derrubem ainda mais as alíquotas previstas no texto das mudanças do IR aprovado na Câmara.

CÓDIGO ELEITORAL

Sem consenso, votação é adiada

Texto vem tramitando em alta velocidade na Câmara. Lira queria a fatura resolvida nesta semana, mas foi obrigado a amargar atraso

» JORGE VASCONCELLOS

A falta de consenso em torno do projeto do Código Eleitoral levou os partidos a fazerem um acordo, ontem, para adiar a votação do texto na Câmara para a quarta-feira da próxima semana, frustrando os planos do presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL). Entre os temas polêmicos, está o que prevê a proibição de pesquisas de intenção de voto na véspera e no dia das eleições.

O parecer da relatora do Código Eleitoral, deputada Margarette Coelho (PP-PI), compila toda a legislação eleitoral em vigor em 905 artigos e foi elaborado após discussões de um grupo de trabalho criado pela Câmara. Deputados de vários partidos criticaram o fato de o texto ter ido ao plenário sem passar pelas comissões da Casa.

Na última terça-feira, a proposta teve requerimento de urgência aprovado por 322 votos a 139. Ontem, porém, após um acordo de líderes, os deputados realizaram apenas a discussão da matéria, adiando a votação para a próxima semana.

Durante a sessão, PSol, Novo e PSL ainda apresentaram requerimentos para que também a discussão fosse adiada, alegando a necessidade de aprofundar os debates. Os pedidos foram rejeitados pela maioria do plenário.

O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) elogiou a iniciativa da Câmara em compilar a legislação eleitoral em apenas um único documento, mas disse que é preciso mais tempo para deba-

Luís Macedo/Câmara dos Deputados - 4/3/21



STF quer saber do presidente da Câmara razão da veloz tramitação do PL

ter o projeto. “É claro que muitos artigos presentes na legislação proposta já são do conhecimento dos líderes e dos parlamentares e das assessorias, mas, mesmo assim, não faz muitos dias que esse relatório com mais de 900 artigos foi apresentado à sociedade e, portanto, não houve o debate devido”, explicou.

A pressa de Lira em votar o Código Eleitoral também foi contestada no Supremo Tribunal Federal (STF). Na terça-feira, atendendo a uma representação do Novo e do Podemos, o ministro Dias Toffoli deu 48 horas para a Câmara prestar informações sobre a tramitação do projeto.

Para que possa valer a partir das eleições de 2022, o Código Eleitoral precisa ser aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro até outubro.

Além de compilar a legislação existente, o parecer da relatora traz algumas inovações. Uma das mais polêmicas é a que prevê uma

quarentena de cinco anos para militares, policiais, magistrados e membros do Ministério Público que desejarem disputar as eleições. Na sessão de ontem, o líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), levou ao plenário a posição do Planalto contrária o dispositivo. “Vou transmitir aqui um pedido do senhor presidente Jair Bolsonaro no sentido de que não haja quarentena para policiais e militares no Código Eleitoral”, disse.

Já a proposta de proibir pesquisas eleitorais na véspera e no dia da eleição — como é hoje — e a obrigação dos institutos de informar o percentual de acerto das sondagens realizadas nas últimas cinco eleições são vistas por analistas como instrumentos de censura a informações importantes para o cidadão. Eles afirmam que a proibição de divulgação de pesquisas de institutos confiáveis às vésperas das eleições pode estimular a circulação de fake news, confundindo os eleitores.

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO

Quando sobra
AMOR
nada fica faltando.

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Nesses tempos difíceis, o que você tem aí sobrando além de fé, otimismo e esperança? Algum alimento não perecível, um cobertor ou um agasalho?

O Programa Correio Braziliense Solidário está com uma Campanha de Arrecadação para ajudar os que mais precisam.

Faça sua doação:

Drive-Thru: estacionamento do Correio Braziliense SIG – Quadra 2 – nº 340 ou nas Blitz da Rádio Clube FM

apoio:



realização:

CORREIO BRAZILIENSE

